

A PRIMEIRA MISSÃO RELIGIOSA AO GRÃO-MOGOL

1. Preâmbulo

Sir Edward Maclagan publicou em Londres, em 1932, uma obra intitulada *The Jesuits and the Great Mogul*, mais tarde traduzida para português por António Álvaro Dória e editada pela Livraria Civilização, do Porto, em 1946. O livro chamou imediatamente a atenção do mundo culto para as três grandes missões jesuítas à corte do Grão-Mogol. Sir Edward Maclagan utilizou-se praticamente de toda a documentação que pôde coligir; o P.^o Hosten, S. J., sobretudo, havia-se dedicado, com especial carinho, a este estudo, publicando vários artigos sobre as missões dos jesuítas ao Norte da Índia e divulgando em 1941 o *Commentarius* do P.^o Monserrate, relativo à primeira missão e que permanecera inédito.

Na obra de Sir Edward Maclagan dedica-se o capítulo II (págs. 29-55 da edição portuguesa) à primeira missão jesuíta ao Grão-Mogol. Tendo sido recentemente publicados alguns documentos referentes a esta missão pareceu-nos de algum interesse esboçar, no presente artigo, não só o esforço missionário enviado pelos jesuítas, como também as suas observações pessoais acerca do meio em que viviam, tanto mais que Sir Edward Maclagan se não esforçou por o fazer ⁽¹⁾.

(1) SILVA REGO, António da — *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, XII vol. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1958. Eis a lista dos documentos publicados:

1. ANTT: *Livro 28 de Jesuítas*, fls. 104v-106: Carta do P.^o Francisco Henriques. Fatepur, 6 de Abril de 1580. Págs. 650-653.

Esta missão reveste-se de suma importância, pois permitiu ao Cristianismo instalar-se na corte do maior potentado da Ásia, rasgando novas rotas ao intercâmbio cultural entre os povos. É curioso salientar-se que a ideia não partiu de qualquer entidade cristã, de Lisboa ou de Roma, por exemplo, mas sim do próprio Aquebar — o Grão Mogol. E, o que mais intriga, é que o seu convite foi recebido em Goa com alguma suspeita, como veremos.

Os jesuítas desta primeira missão ficaram algo desapontados quando viram que o imperador, apesar-de meio convencido, se não rendia perante a sua dialéctica. E assim se interrompeu o diálogo, tão felizmente iniciado em fins de Fevereiro de 1580. Dez anos mais tarde, em 1590, foi ainda Aquebar quem, após o aparente fracasso da primeira missão, instou com as autoridades de Goa em ter junto de si representantes da cultura cristã. Ainda desta vez a impaciência ocidental se deixou vencer pela calma oriental, retirando-se os missionários dum campo onde não anteviam colheita alguma. Aquebar, todavia, não desistiu e em 1594 iniciou-se a terceira missão jesuíta no Grão-Mogol, que só deveria terminar em 1803, com a morte do P.^o Wendel, último abencerragem da longa lista de missionários jesuítas⁽²⁾. Esta terceira missão permitiu também que os caminhos do Grão-Mogol fossem percorridos por outros missionários ainda, como franciscanos, agostinhos, etc.

É a agigantada figura de Aquebar que domina esta época.

2. ANTT: *Livro 28 de Jesuítas*, fls. 106-109: Notícias da missão do Mogor. Fatepur, 29 de Abril de 1580. Págs. 654-664.
3. ANTT: *Livro 28 de Jesuítas*, fls. 81-85: Missão do Grão Mogol. S/d. Págs. 665-678
4. ANTT: *Livro 28 de Jesuítas*, fls. 109-112v: Informação sobre a missão ao Mogol. Agra, 13 de Julho de 1580. Págs. 679-690.
5. ANTT: *Livro 28 de Jesuítas*, fls. 112v-114: Carta do P.^o Rodolfo Aquaviva ao Padre Provincial. Fatepur, 20 de Julho de 1580. Págs. 691-696.
6. ANTT: *Livro 28 de Jesuítas*, fls. 114v-118v: Carta do P.^o António de Monserrate ao Padre Provincial. Fatepur, 9 de Setembro de 1580. Págs. 697-710.
7. MUSEU BRITÂNICO: *Adicionais*, 9854, fls. 1-3v: Carta do P.^o Rodolfo Aquaviva. Fatepur, 27 de Setembro de 1582. Págs. 758-762.
8. ANTT: *Livro 28 de Jesuítas*, fls. 167v-168: Mission de Mogor. Págs. 795-796.
Ibid: Carta que o Padre Rodolfo Aquae Vivae escreveu do reino do Mogores (*sic*) ao Padre Rui Vicente, Provincial da Índia, o anno de 1582. Págs. 802-806
A sigla ANTT quer dizer *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*.

(2) Após violenta perseguição por parte de algumas potências europeias, entre as quais Portugal, a Companhia de Jesus foi suprimida por Clemente XIV em 1773. Pio XVII restabeleceu-a em 1814. O P.^o Wendel morreu justamente durante o tempo da supressão.

A ele ficou o Ocidente a dever uma das mais verídicas e comoedoras páginas do intercâmbio de culturas.

O presente artigo ocupa-se ,apenas, como se disse, da primeira missão.

2. O Grão-Mogol

Data do século XI a entrada do Islamismo na Índia. Foi, com efeito, em 1022 que Mamude Ghazni, rei afegane, conquistou o trono de Lahore a Jaipal II. Desde então, a influência afegane, embora distribuída por várias dinastias, foi crescendo cada vez mais, de tal forma que, em 1236, se estendia do Mar da Arábia até ao Golfo de Bengala. Em 1318, todo o subcontinente indiano lhe obedecia, com excepção de Caxemira, ao Norte, Orissa a Leste, Cutch e Junagar a Oeste e, talvez Madura ao Sul⁽³⁾.

Em fins do século XIV, em 1398, sofreu a Índia a meteórica e terrível incursão, chefiada por Taimur, que, todavia se contentou apenas com ser proclamado imperador das suas novas conquistas indianas. Era Taimur o caudilho dos Mogores, a respeito dos quais pouco se sabia, sendo esta ignorância avolumada pelas credices várias que a respeito daqueles novos bárbaros se espalharam⁽⁴⁾. Daí em diante, os *mogores* ou *mogois* passaram a fazer parte integrante do xadrez político da Índia. O século XV assistiu a longas e renhidas lutas entre afeganes e mogores que se disputavam a primazia. No século seguinte, porém, os mogores principiaram verdadeiramente a sua ascensão militar e política, mercê de várias figuras de primeira grandeza que os chefiaram, vendo-se os afeganes obrigados a reconhecer a sua supremacia.

Em 1526, Babur, descendente de Tamerlão, derrotou o afegane Ibrahim Lodi na primeira célebre batalha de Panipat, ocupando logo a seguir Delhi e Agra. Quando Babur «O Terrível» morreu, em 1530, o Indústão inteiro obedecia-lhe, pouco mais

(3) *Historial Atlas of India*, por Charles Joppen, S. J. (Longmans, Green and Co. Ltd. London, 1941), págs. 12. Vid. também págs. 10 e 11.

(4) Chamava-se *Taimur* o famoso potentado. Como coxeava, era vulgarmente conhecido por *Taimur-i-lang*, isto é, *Taimur o coxo*. Daqui, *Tamerlão*. O epíteto de *bárbaros* era mal aplicado aos mogores. A dinastia mogor foi fundada por Yunus Khan Diz J. C. Powell-Price na sua *A History of India* (Thomas Nelson and Sons Ltd. London, 1955) pág. 223: Yunus Khan was a cultured and kindly man, unlike the wild Mongols of the steppes whom Babur always distrusted and disliked. That the dynasty he founded should be known as Mughul or Mongol is an example of the irony of history».

ou menos. Seu filho, Humaiun, porém, não lhe herdeu nem a coragem nem a sorte, de forma que, de 1540 a 1555, os afeganes reocuparam várias das suas perdidas posições. O seu general Sher Shah tornou-se, durante anos, o símbolo da resistência vitoriosa afegane contra os mogores. Humaiun, perseguido pelo inimigo e abandonado de seus generais, refugiou-se na Pérsia, onde conseguiu reunir apreciável exército, com o qual invadiu a Índia em 1554, e com tal êxito que, logo em 1555, reconquistou as principais cidades do reino: Lahore, Delhi e Agra. Faleceu pouco depois, a 24 de Fevereiro de 1556.

Sucedeu-lhe o famoso Aquebar, figura central deste artigo. Tinha então 13 anos de idade e, por isso, foi colocado sob a tutoria de Bairam Khan. Julgaram os afeganes asada a oportunidade para tentar novamente a sorte das armas. E assim, afeganes e mogores encontraram-se novamente outra vez no mesmo campo de batalha — Panipat — neste mesmo ano de 1556. Combateu-se arduamente, de ambos os lados, mas, por fim, inclinou-se a vitória para o lado mogor. Os afeganes, todavia, embora se submetessem aparentemente ao novo jugo, continuaram a albergar anseios de independência⁽⁵⁾.

Outra batalha, também célebre, mas desta vez contra o império hindu de Vijayânagar, foi a de Talikota, no principado de Bijapur, travada em 1565. Desde esta data em diante, pode afirmar-se que o império mogol dominava toda a Índia. Pequenos principados, quer maometanos, quer hindus, vivendo em semi-independência, não tiravam significado a esta supremacia.

Uma vez na Índia, cedo ouviram os portugueses notícias a respeito dos mogores, cuja bravura e ferocidade os hindus propalavam. Como, porém, a corte mogor ficava muito longe, e como se situava terra adentro e não à beira-mar, não se esforçaram os portugueses por conhecer mais de perto os famosos senhores do Norte.

(5) Cf. *An Advanced History of India*, por R. C. Majumdar, G. C. Raychaudhury e Kalikinkar Datta, (Macmillan and Co. London, 1946) págs. 46; *A Student's Manual of the History of India*, por Meadows Taylor, (Longman's, Green and Co. London, 1871), págs. 253-256. Travou-se a batalha a 5 de Novembro de 1556.

3. Aquebar

A 14 de Fevereiro de 1556, foi Aquebar reconhecido como herdeiro do trono de Humaiun, seu pai. Sua mãe era persa e por ela nutriu sempre sincero amor. O general Bairam Khan foi nomeado seu tutor. Aos 17 anos, em 1560, resolveu Aquebar libertar-se da tutoria. Fê-lo, aconselhado por sua madrasta, Mahan Naga, e pelo filho desta, Adam Kham, a cuja influência esteve mais ou menos sujeito, após o afastamento de Bairam Khan, até 1562, data em que principiou praticamente a governar só. Partidário declarado e sincero da expansão do poderio mogol, passou o seu longo reinado a lutar por tal desiderato. Teve, para isso, de lutar com as armas na mão, não só contra as ocasionais revoltas dos afeganes, como também contra a veleidade dos seus.

Sabia Aquebar que a dinastia mogol era bastante recente ainda na Índia e que, em consequência disto, o povo a considerava e consideraria, por longos anos, *estrangeira*. Os afeganes, pelo contrário, eram muito mais antigos e, com mais de quatro séculos de presença, eram tidos como verdadeiros indianos. Mais ainda: eram eles que representavam a Índia, pelo seu esforço militar, contra os *bárbaros* e estrangeiros mogores.

Ora, mais *indianos* que os afeganes eram os rajeputes que pareciam não simpatizar nem com afeganes nem com mogores. De carácter altivo, vivendo à margem das lutas travadas entre uns e outros, os rajeputes representavam uma terceira força. Aquebar resolveu-se aproveitá-la ao máximo, e com tanta habilidade procedeu que lhes conseguiu captar as simpatias. Chefes rajeputes houve, porém, que reconheceram o carácter interesseiro da amizade mogor, recusando-se a aceitá-la. Prata, rajá de Mewar, foi um deles. Apesar de derrotado na batalha de Haldighat, em 1576, continuou a luta, por meio de guerrilhas, até à sua morte, ocorrida em 16 de Janeiro de 1597. Mas nem então ficou Aquebar liberto de guerras. Duraram elas, mais ou menos, até à morte, em 1605.

Em 26 de Fevereiro de 1573, conquistou Aquebar o porto de Surrate e, conseqüentemente, toda a província ou reino de Guzerate. Era Surrate um dos mais importantes e ricos portos da costa ocidental da Índia. A sua alfândega tornou-se uma das prin-

cipais fontes de receita para o erário mogol. Foi neste ano que Aquebar viu, pela primeira vez, o mar e travou conhecimento com os portugueses, a respeito dos quais devia ter desfavorável impressão ⁽⁶⁾.

De 1574 a 1576 combateu Aquebar na costa oriental da Índia, submetendo Bengala à sua influência. Esta província, todavia, não aceitou de bom grado o novo jugo, revoltando-se a cada passo. Recorde-se que em Bengala gozavam os afeganes de grande influência. Apesar-de todo este condicionalismo, conseguiu Aquebar mantê-los sempre em respeito. Foi aqui, na costa oriental, que o chefe mogor teve oportunidade de conhecer mais uma vez os portugueses. Datava de 1538 o primeiro estabelecimento lusitano nestas paragens, perto de Satigão. Bengala era região rica e apetecida por todos os comerciantes da Índia e de Ceilão. Não admira que os portugueses para lá se dirigissem, pouco após a sua fixação em Goa.

Na altura em que Aquebar conquistou Bengala, eram os portugueses desta costa comandados por Pero Tavares. Tão bem se insinuou no ânimo do Mogor que chegou a visitar a própria corte imperial, acompanhado da sua mulher. Foi bem sucedido, ao expor os seus desejos. Ambicionavam os portugueses um porto livre, na costa de Bengala, onde pudessem residir e reger-se pelas suas leis. Ouvia Aquebar, condescendentemente, Pero Tavares e deu-lhe a necessária licença. E assim nasceu Ugulim, cidade portuguesa que, amontoando riquezas sobre riquezas, deveria mais tarde atrair a inveja dos descendentes do mesmo Aquebar.

Em 1580, pouco antes de chegarem os missionários jesuítas portugueses que ele, com tanto interesse, havia pedido a Goa, nova revolta abalou o relativo sossego do império. O caciz de Jaumpur ousou atacar o imperador de frente, acusando-o de apóstata do Islão, e declarando legítima qualquer revolta contra ele. Primeiro Bengala e depois Bihar, levantaram-se contra Aquebar que viu seriamente ameaçada a sua hegemonia em tais províncias. A situação agravou-se mais ainda, quando Cabul aderiu

(6) Humaium, pai de Aquebar, nas suas lutas com o sultão de Cambaia ou Guzerate, ofereceu a Nuno da Cunha, governador da Índia, facilidades de posse de parte da costa indiana, a troco da sua neutralidade. Os portugueses, porém, desejavam estabelecer-se em Dio que pertencia ao dito sultão de Guzerate e, por isso, apoiaram-no contra Humaium. A sua ajuda, muito embora, não evitou a derrota do sultão às mãos das tropas mogores. Caso Humaium não fosse então perseguido pela adversidade, talvez se vingasse dos portugueses, já na posse de Dio.

também ao movimento. Aquebar teve que acorrer pessoalmente, a fim de debelar a rebelião. Fez-se então acompanhar pelo jesuíta P.^e António Monserrate, um dos três padres que tinha na corte. Tendo em vista o facto que a primeira missão jesuíta chegou em fins de Fevereiro de 1580 e se retirou em fins de 1582, facilmente concluiremos que não lhe podiam ser favoráveis as condições políticas do reino mogor de Aquebar. Após a campanha, regressou ele a Fatepur Sikri.

Os mogores praticavam e seguiam o Islamismo. Aquebar, filho de mãe persa, sofrera certamente a sua influência quanto à sua educação adentro dos quadros muçulmanos. Os persas eram considerados herejes tanto por árabes como por turcos, pois a sua doutrina afastava-se bastante da ortodoxia de Meca (7). Afonso de Albuquerque, por exemplo, tentou aproveitar-se desta desinteligência religiosa para se aliar ao Xeque Ismael da Pérsia, quando pensou destruir o túmulo do Profeta.

Uma das paixões de Aquebar era a discussão teológica, no que já se desviava dos preceitos do Alcorão. Até 1575 observou, pelo menos aparentemente, as práticas do Sunismo. Mas em 1574-1575 construiu em Fatepur Sikri um edifício, a que chamou *Ibadat-Khana*, ou casa de adoração, destinado a discussões sobre problemas religiosos. Bastava este simples facto para lhe alhear as simpatias não só dos *ulemas*, mas também dos mais fanáticos dos muçulmanos. Com efeito, o Islamismo aceita-se, não se submete a algum exame. Indo contra esta crença comum, Aquebar situava-se em terreno político e religiosamente escorregadio.

Por motivos políticos, havia tomado, como mulheres, algumas donzelas rajeputes, que eram hindus, e a quem permitia o livre exercício da sua religião. Preocupava-se com a existência do Hinduísmo e Islamismo no seu enorme império e deixou-se embalar pela ideia de fundar uma nova religião, sob a qual todos os seus súbditos vivessem em paz.

Os principais teólogos da *Ibadat-Khana* eram, ou deviam

(7) Após a morte de Mafoma, parecia que a chefia dos crentes, ou califato, deveria recair em Ali, seu sobrinho. Mas assim não aconteceu, pois foi Abu-Bekre o herdeiro espiritual do profeta. Formaram-se assim dois partidos: um, orientado por Ali, que aceitava apenas o Alcorão e rejeitava as Sunas, ou lei tradicional, passando a ser conhecido como *Xiismo*; outro, aceitando ao mesmo tempo o Alcorão e as Sunas — *Sunismo*. O *Xiismo* refugiou-se sobretudo na Pérsia e parte da Índia, sendo considerado herético pelos restantes muçulmanos.

ser, os ulemas muçulmanos, mas Aquebar não lhes prestava a atenção que exigiam. Quís também ouvir religiosos hindus, como Purushottama e Devi. Chamou igualmente representantes do Jainismo⁽⁸⁾, como Hari Vijaya Suri, Vijaya Sen Suri e Bhanuchandra Upadhaya. Tolerante em extremo, pode justamente considerar-se um dos primeiros cultores de estudo comparado das religiões. Não simpatizava com o tom autoritário dos ulemas e fez-se ele mesmo árbitro das discussões teológicas, tornando-se assim o centro para o qual convergiam todas as atenções religiosas.

Em 1578 dá Aquebar novo passo em frente na sua evolução religiosa. Durante a sua campanha militar na província de Pânjabe, sentiu uma espécie de êxtase religioso. Daí em diante, acreditou que havia recebido uma mensagem divina. Segundo Powell-Price, morigerou bastante os seus costumes, dedicando menos tempo à caça, e mortificando-se igualmente no comer e no beber, a que antes se entregava com algum excesso⁽⁹⁾. Os missionários portugueses, todavia, observariam bastantes excessos ainda, como veremos. Isto porém, não invalida o testemunho de Powell-Price, pois o testemunho dos missionários refere-se apenas ao período 1580-1582.

(8) Seita religiosa hindu, lançada no século VI a. C. por Mahavira. O Jainismo parte do mesmo princípio que o Budismo: a vida é sofrimento, porque é desejo. Cessando este, cessará automaticamente aquele. O Jainismo segue várias práticas de ascese e obedece escrupulosamente à *Ahimsa* ou lei da não-violência. Reconhecendo almas em todos os seres, o Jainismo repelia a agricultura, porque o lavar da terra poderia ofender os vermes que no seu seio se encontravam. Por isso, condenava a caça, a pesca, etc.

Os baneanes eram adeptos destes mesmos princípios. Escreveu, a seu respeito, o P.^o Francisco de Sousa na seu *Oriente conquistado a Jesus Christo* (Bombaim, 1886), II, págs. 91-92:

«Ha outro genero de gentios a que chamam Baneanes, os quaes não comem cousa que tenha sangue, e por sua lei não podem matar nem ver matar cousa viva. Metem as candeas, com que se alumiam, em lanternas, para se não queimarem os mosquitos e borboletas, que voam à luz. Resgatam por dinheiro os condemnados à morte; mas fora deste caso nenhuma compaixão tem dos proximos em suas doenças, nenhuma verdade em seus contractos, e além de serem grandes onzeneiros em falsificar as pedrarias e as mercancias, podem apostar vantagens com os Chinas. Tem hospitaes de passaros doentes e aleijados, e também os Bramanes concorrem com suas esmolhas para esta obra de misericordia... Houve um capitão em Cambaiete, que quando queria tirar dinheiro aos Baneanes, mandava embarcar quantos cães havia na terra com publico pregão, que todos morressem afogados: e logo acodião os devotos a resgatar as vidas destes condemnados à morte. Com toda esta caridade canina não ha em todo o reino um hospital para os pobres enfermos».

(9) POWELL-PRICE, J. — *A History of India*, 262.

Seja como for, foi neste ano de 1578 que Aquebar afirmou a sua intenção de ser o supremo árbitro em questões religiosas, segundo a velha política da corte mogol. O *padishah* (imperador), com efeito, representava a Lei, o poder absoluto, o bem do seu povo. Fora Babur, seu avô, o primeiro a arrogar-se tal prerrogativa e, daí em diante, os seus sucessores seguiram-lhe o exemplo, com maior ou menor esforço. Apesar-disto, quando Aquebar subiu ao púlpito da mesquita de Fatepur Sirki, recitou a *kutba* e orientou a reza dos crentes, não faltaram críticas à sua atitude, por parte dos muçulmanos mais tradicionalistas. O seu espanto, porém, mais se acentuou quando o Xequê Mubarak apresentou aos principais ulemas uma declaração, a fim de ser por todos assinada, pela qual Aquebar se arrogava o direito da decisão final em todas as suas discussões. A declaração, depois conhecida como *decreto de infalibilidade*, foi devidamente assinada⁽¹⁰⁾. Ia-se, porém, cavando um fosso maior entre o imperador e a jerarquia muçulmana.

Após esta revolução dogmática, Aquebar alargou mais e mais os seus inquéritos religiosos. Não foram apenas muçulmanos e hindus que discutiam entre si a supremacia das suas religiões, adentro do magnífico recinto do *Ibadat Khana*. Aquebar desejou ouvir budistas, zoroastristas, todos enfim que lhe pudessem enriquecer os seus problemas. E foi assim que desejou também ouvir a doutrina cristã, a respeito da qual tinha boa impressão, como se verificará.

(10) «In this year (1578) he began to make a definitive move in religious matters, and to assert his position as the Padishah to be responsible for spiritual as well as temporal affairs. This was in a way a natural development of the Mughul doctrine of rule in which the Padishah was supreme over his people — a doctrine first asserted by Babur and continued by all the Mughul emperors. He ascended the pulpit in Fatehpur Sikri's beautiful mosque and recited the *kutba* in a metrical form prepared by Faizi, ending with Allahu Akbar «God is great», but which some interpreted as «Akbar is God», an interpretation which was probably instigated by malice. Then Shaikh Mubarak drew up a declaration which had been called the «Infallibility Decree», to be signed by the leading Ulama, which gave the emperor the last word in deciding disputes on the interpretation of the disputed religious points. The decision was to be in accordance with the Koran and for the benefit of the people. The dispute between the various theologians in the Ibadat Khana had no doubt furnished the occasion for this decree, but it was also a claim to be a real Caliph as against the Ottoman Sultan and the Safavia Shias. There was no need for such an office, and the so-called infallibility decree did little more than confirm it».

POWELL-PRICE, J. C. — *A History of India*, 262.

4. Antecedentes da missão

O golfo de Bengala, conhecido em toda a Índia pela sua riqueza, era frequentado por comerciantes vindos das mais remotas paragens orientais. Os Portugueses, uma vez chegados à Índia, frequentavam-no assiduamente. O porto de Satião (*Satgaon*), nas margens do Saraswati, era então o principal empório comercial. Em 1537-1538, estabeleceram os comerciantes portugueses uma espécie de feitoria não muito longe do mesmo.

Em 1576, toda esta região caiu sob a hegemonia mogol. Aquebar, que três anos antes havia conhecido os portugueses em Surrate, desejou conhecê-los mais de perto. Organizou-se assim uma espécie de embaixada que se confiou a Pero Tavares, capitão de navio mercante. Sabendo insinuar-se no ânimo de Aquebar e da sua corte, conseguiu o improvisado embaixador a concessão de importantes privilégios aos comerciantes lusitanos, coom por exemplo: a fundação duma cidade em Bengala, em sítio à escolha, com porto franco, com possibilidade de praticarem a sua religião em plena liberdade, podendo até converter os que desejassem abraçá-la, etc. etc. A nova cidade pagaria um pequeno tributo ao império mogol. Foi esta a origem de Ugulim, em 1579-1580 que durou até 1632, ano em que foi arrasada, por ordem do imperador mogol Kurrão, filho de Jehanguir e neto de Aquebar.

Um dos portugueses que mais se notabilizou na corte de Aquebar foi o P.^o Gil Eanes Pereira, também conhecido às vezes por P.^o Julião Pereira, capelão dos portugueses em Bengala. Antigo noviço dominicano em Elvas, virtuoso, embora pouco letrado, não soube responder cabalmente às perguntas que Aquebar lhe fazia. Não se atemorizou, por isso, mas observou-lhe, com humildade, que ele não possuía a ciência precisa para discutir assuntos tão elevados. Em Goa havia quem o podia fazer: os padres de S. Paulo, como os jesuítas eram vulgarmente conhecidos.

Agradou a proposta ao imperador, tanto mais que já considerava os citados padres. Dois deles, cujos nomes se ignoram, haviam estado em Bengala em 1576, sabendo-se pouco depois que haviam recusado a absolvição a alguns comerciantes portu-

gueses, por haverem defraudado o tesouro mogol. Por isso, enviou uma embaixada a Goa, a fim de conseguir a vinda dos famosos padres. Constituíam-na Abdulá, seu embaixador, e Domingos Pires, cristão arménio.

Governava então a Índia, pela segunda vez, D. Luís de Ataíde⁽¹¹⁾. A chegada do embaixador não foi tão festejada, como seria de esperar. Estava-se em Setembro de 1579. O vice-rei, quiçá preocupado mais com o que se estava a passar na metrópole do que com o que decorria em Goa, recebeu-o com certa reserva. Rezava assim o *formão* de Aquebar:

«Ordem de Jalal-ud-din o Grande, Rei nomeado por Deus. Padres da Ordem de S. Paulo, sabeí que estou muito bem disposto para convosco. Mando Abdulá, meu embaixador, e Domingos Pires para vos pedirem em meu nome que me mandeis dois padres instruídos, que devem trazer os principais livros da Lei e dos Evangelhos, pois desejo estudar e aprender a Lei, e tudo o que de melhor e mais perfeito nela há. Quando os meus embaixadores regressarem, não hesitem em vir com eles e trazer-me os livros da Lei. Sabei também que farei tudo o que puder para receber amável e honradamente os padres que vierem. A chegada deles dar-me-á o maior prazer, e quando eu conhecer a Lei e a sua perfeição como desejo, terão a liberdade de regressar logo que o queiram, e não os deixarei ir sem os cumular de honrarias e presentes. Portanto, não tenham o menor receio em vir. Tomá-los-ei sob a minha protecção. Passai bem»⁽¹²⁾.

Não podiam ser mais lisonjeiros os termos da mensagem, enviada não ao vice-rei da Índia, mas apenas aos padres de S. Paulo. D. Luís de Ataíde confiou o assunto a uma junta de pessoas competentes. Discutiui-se a proposta e houve dúvidas quanto à sua sinceridade. Havia, efectivamente, alguns motivos para

(11) O seu primeiro governo fora de 1568 a 1571. Em Portugal, opusera-se à viagem de D. Sebastião a África. Talvez, por isso mesmo, foi afastado novamente para a Índia em 1577. Chegou a Goa em 31 de Agosto de 1578. A notícia de Alcácer-Quibir vibrou-lhe profundo golpe, morrendo a 10 de Março 1581.

(12) Publicado, entre outros, por Sir Edward Maclagan, em *Os Jesuítas e o Grão Mogol*, 30-31.

isso. Sabia-se que Damão e Dio eram, de vez em quando, molestados pelas incursões de capitães mogores que, embora não agissem por mando directo de Aquebar, movimentavam-se perigosamente para qualquer daquelas fortalezas. O conselho, convocado pelo vice-rei, era composto pelo arcebispo de Goa, D. Henrique de Távora; bispo de Cochim, D. Fr. Mateus de Medina; bispo da China, D. Fr. Leonardo de Sá; bispo de Malaca, D. João Ribeiro Gaio; provisor do arcebispado de Goa, Licenciado André Fernandes. A questão principal era resolver se se deviam enviar os padres pura e simplesmente ao Grão-Mogol, ou se se deviam exigir refens. Os prelados decidiram em 10 de Novembro de 1579 que se devia aceitar aquela missão, sem quaisquer condições⁽¹³⁾.

5. Constituição da missão e viagem até Fatepur Sikri

Perante esta decisão, D. Luís de Ataíde deixou partir os padres, acompanhados do embaixador e do intérprete Domingos Pires. Constituíam-na: a) o P.^o Rodolfo Aquaviva, italiano, recém-chegado da Europa; b) P.^o António Monserrate, catalão; c) P.^o Francisco Henriques, natural de Ormuz.

Realizou-se a partida de Goa em 17 de Novembro de 1579, uma semana após a reunião acima citada. Segundo Maclagan, seguiu-se o itinerário de Surrate, Mandu, Ujain, Sarangpur, Sironj, Narvar, Gualior e Dolpur⁽¹⁴⁾. Segundo o P.^o Francisco de Sousa, partiram os padres de Damão em 13 de Dezembro para Surrate; continuaram viagem a 15 de Janeiro de 1580, sexta-feira, dia escolhido pelo embaixador, por lhe parecer dia propício. A 16, atravessaram o Tapti. Depois passaram em Limodre, Vacari, Nabugan, Tava, Timai, Cucura Muda, sempre ao longo do rio Tapti. Daqui rumaram para o Norte e a 25 do mesmo mês de Janeiro entraram em Sultanpur. A 31 passaram por Cendua até Surana, donde tomaram o caminho de Nordeste e admiraram as ruínas de Mandão, isto é de Mandou. A 5 de Fevereiro chegaram a Uzen, situada nas margens do Machupura. A 8 pernottaram numa grande aldeia, chamada Summarian. No dia se-

(13) SOUSA, P.^o Francisco de — *Oriente Conquistado a Jesus Christo*, (Bombaim, 1886), II, págs. 90-91.

(14) MACLAGAN, *Op. cit.* 33.

guinte, puderam celebrar missa em Serampur. Virando agora para Leste, até Pimplia, passaram por Pimpaldar. A 15 de Fevereiro estavam na cidade de Surange. Tomando altura ao Sol, verificaram que se encontravam em 24 graus, Norte. A 19, encontraram gente de Aquebar, pela qual souberam que o imperador os esperava com impaciência. Continuaram viagem até Narvar, onde o P.^o Monserrate caiu doente. Os padres Rodolfo e Henriques deixaram o companheiro entregue aos cuidados do sobrinho do embaixador e outros⁽¹⁵⁾ e apressaram-se a chegar a Fatepur Sikri a 27 deste mês de Fevereiro⁽¹⁶⁾.

É este o itinerário apresentado pelo P.^o Francisco de Sousa. Contém tantas informações particulares respeitantes ao que os padres observaram durante a viagem que não custa admitir a hipótese de que tivesse sido elaborado sobre apontamentos dos próprios viajantes.

Segundo Maclagan, a chegada a Fatepur Sikri realizou-se a 27 ou 28 de Fevereiro; o P.^o Francisco de Sousa, como se viu, aponta o dia 27. Segundo a documentação agora publicada, vê-se que chegaram a 28, segundo Domingo da Quaresma, à tarde, tendo gasto 43 dias de Surrate a Fatepur Sikri. A viagem, segundo estes documentos, costumava fazer-se em menos tempo, em 38 dias. Demoraram mais, por causa dos incómodos do P.^o Monserrate.

O P.^o Francisco Henriques não observou nada de particular durante a viagem. As ruínas de Mandao, todavia, mereceram-lhe referência especial:

«So huma cidade vimos neste caminho, por nome Mandao, que tinha muito que ver, a qual he fortaleza e cidade juntamente, agora ainda que em outro tempo avia perto da fortaleza huma cidade mui populosa, de comprimento de huma legoa, da qual não ha agora mais que alguns cinaes do que foy, a fortaleza he fundada sobre huma serra, cousa muito inexpugnavel, onde tem muitas terras pera semear, porque he de 9 legoas nossas de circuito, ou-

(15) SILVA REGO, *Documentação*, XII, 654.

(16) SOUSA, P.^o Francisco de — *Op. cit.* pág. 100: «Em quanto o Padre Monserrate se deteve em Narvar, chegou o Padre Rodolfo Aquaviva e o Padre Francisco Henriques à Fatepur onde el-Rei residia, aos 27 de Fevereiro».

tras duas fortalezas vimos também, fundadas sobre serras muy fortes, e difficultosas de tomar, mas não chegam a primeira...» (17).

6. Primeiras impressões

Era Fatepur Sikri cidade nova, observa o P.^o Francisco Henriques. Aquebar fundara-a havia uns dez anos apenas, mas as suas riquezas eram tantas que constituíam a admiração de todos quantos a visitavam. Tinha sido embelezada recentemente, havia um ano, com um grande lago, alimentado por água trazida de muito longe (18).

Esperava Aquebar os padres com tanta ânsia que, logo que soube da sua chegada, ordenou que eles se não avistassem com mais ninguém, mas o fossem logo visitar. Recebeu-os com afabilidade e quis que o P.^o Gil Eanes Pereira e os outros portugueses lhes falassem na mesma altura. O P.^o Pereira, pela sua modéstia e recolhimento, causou a melhor impressão nos dois jesuítas. Não gozava de boa saúde e pediu licença ao imperador para regressar a Bengala, o que lhe foi concedido.

Nessa mesma tarde, teve Aquebar longa entrevista com os padres, até quase as oito horas da noite. Respondia o P.^o Rodolfo. Cuidou o imperador em os agasalhar o melhor que podia e ofereceu-lhes dinheiro para as suas necessidades. O P.^o Rodolfo agradeceu, mas salientou que, vivendo eles de esmolas, bastava dar-lhes mensalmente o que lhes fosse preciso. Ficou disto encarregado o cristão arménio e intérprete Domingos Pires.

Perguntou o imperador pelo padre que falava o persa e, sabendo que era o P.^o Francisco Henriques, chamou-o para mais perto de si, conversando com ele, perguntando-lhe onde tinha aprendido a língua, etc. O P.^o Henriques era ajudado nas passagens mais difíceis por Domingos Pires (19).

(17) SILVA REGO, — *Documentação*, XII, 650. A carta do P.^o Francisco Henriques foi escrita em Fatepur, a 6 de Abril de 1580. Noutro documento, igualmente publicado na *Documentação*, lê-se, a respeito destas ruínas: «... Mandho tem nove legoas de cerco, e hum arrabalde de três legoas, e foy toda povoada, como parece pollas ruínas, agora sera povoação como trez vezes Évora», (pág. 670-671).

(18) SILVA REGO, — *Documentação*, XII, 652.

(19) SILVA REGO, — *Documentação*, XII, 655-656. Carta de 29 de Abril de 1580.

Passados dias, a 4 de Março, chegou o P.^o Monserrate, mal convalescido ainda da sua doença.

Os aposentos dos padres, embora bons, eram bastante devassados. Após um mês, pediram-lhe outros, mais recolhidos. Gostou o imperador do desejo, por eles manifestado, e deu-lhes uma casa, mesmo dentro do paço. Visitou-os, pouco depois, entrando na sala que os padres haviam transformado já em capela, «com seus perfumes e cheiros», à moda oriental. Aí admirou a imagem de Nossa Senhora, vulgarmente conhecida como de S. Lucas, pintada pelo Irmão Manuel Godinho, assim como outra Madonna, trazida de Roma pelo P.^o Martim da Silva⁽²⁰⁾. Chamou Aquebar o seu pintor-mor e outros artistas a fim de admirarem aquelas duas imagens. Passados dias, receberam os padres nova visita do imperador. Sabendo este que o P.^o Monserrate continuava doente, encarregou o seu próprio médico, Aequim, de o tratar. O médico, segundo o testemunho dos padres, inclinava-se, pelo menos secretamente, para o Cristianismo. As suas conversas, com os missionários, assim denotavam.

Tinha Aquebar três filhos: Salim ou Shaikh-ji, Murad ou Pahari, e Danyal ou Dan. Admiravam-se muito estes das imagens. Um alto dignitário da corte chegou até a afirmar, perante todos, que Nossa Senhora era a verdadeira rainha dos céus, que estava sentada no trono que lhe era devido⁽²¹⁾.

A 3 de Março, véspera da chegada do P.^o Monserrate, foram os padres oferecer a Aquebar uma magnífica bíblia quadrilíngue, em 7 tomos. Estimou muito o presente, colocando cada volume em cima da cabeça, em sinal de respeito. Perguntou em qual deles se encontravam os Evangelhos e a ele mostrou mais amor e veneração⁽²²⁾.

A personalidade de Aquebar impressionou fortemente os missionários. Eis a descrição que dele faz uma relação de *Equebar Rey dos Mogores*, possivelmente escrita pelo próprio P.^o Rodolfo:

(20) Ou P.^o Martinho da Silveira, segundo o *Oriente Conquistado a Jesus Cristo*. Este Irmão Manuel Godinho não será o famoso cartógrafo Manuel Godinho de Herédia?

(21) SILVA REGO, — *Documentação*, XII, 657-658. Carta de 29 de Abril de 1580.

(22) Id. *ibid*, 657, 680.

«O Equebar he homem bem apessoado, espaldudo, zambro das pernas, de cor trigueiro, os olhos rasgados e pequenos a modo de tartaro, ou chim, a testa larga e descoberta, o naris igual, com huma esquina pequena no osso do meio, as ventas largas, tem huma verruga na venta esquerda, traz a cabeça hum pouco inclinada a mão direita, traz a barba a turquesca, toda rapada, tirando os bigodes, os quais traz pouco crescidos, e aparado, traz grenha fora do costume dos antepassados, sera de 38 até 40 annos, usa de touqua, ao custume do Industão, veste riqua e lustrosamente, e fora do custume comum dos mouros, sempre traz a cabaia pollos Joelhos, e os calções que lhe cobrem os calcanhares, usa de diversa forma de çapatos, que ele mesmo inventou, orna a cabeça com ramaes de perolas e pedras de muito preço, traz sempre adaga cingida, e muitas vezes espada e, quando não, tem na sempre perto de sy, ao redor delle andão sempre certos pagens, que lhe trazem sempre diversas armas, contenta lhe muyto o trajo espanhol, e algumas vezes se veste dentro a portugueza, veste e calça veludo preto muytas vezes. He sagaz, prudente, de grande animo, valeroso em sua pessoa, chão, e tratavel, porem grave nas execuções da justiça que manda fazer, manda que espere tres mandados, ou recados seus antes que a fação, agasta se poucas vezes, e essas muito, porém torna tão bem depressa, porque naturalmente he benigno...

Não sabe ler, nem escrever, mas he muy curioso e sempre tem homens letrados a par de sy, a quem manda que disputem entre sy de diversas materias, e contem diversas historias...

He naturalmente malenconizado, e por esta causa se entretem com diversos desenfadamentos, em hum mesmo tempo, como he jugar a choca a cavallo, ver pelejar alifantes bravos, bufalos, veados, gallos e carneiros, lutadores, esgrimidores, jogo de punhadas, fazer voar pombas que bailhão no ar, ver diversidade de passaros, e outras cousas curiosas ⁽²³⁾...

(23) Id. *ibid*, 666-667. Compare-se esta descrição com outra, oriunda também da mesma origem missionária:

A versatilidade do seu carácter intrigava bastante os padres que o desejavam mais atento aos assuntos religiosos. Dava audiência duas vezes ao dia em dois pátios distintos, reservando um para os dignitários, letrados, padres, portugueses e seus familiares, e o outro para a gente miuda. Gostava de despachar em pé.

A correspondência dos missionários louva-lhe a grandeza, o poder e a munificência. Hábil político, sabia insinuar-se junto dos principais senhores do seu vasto império, fossem eles muçulmanos ou hindus, parecendo até inclinar-se mais para estes últimos. Atento ao que ao longe se passava, não deixava que as revoltas alastassem. Quando em campanha, era duro para consigo mesmo, cavalgando distâncias grandes, sem aparentar cansaço. Tinha a consciência do seu cargo e dos seus deveres e exigia respeito e obediência.

7. Disputas religiosas

Como se disse já, era Aquebar extremamente inclinado a disputas religiosas. Era natural, portanto, que, mal chegados os jesuítas, os desejasse ouvir e ver como se portavam perante os *ulemas* muçulmanos. Tendo chegado a 28 de Fevereiro, realizou-se a primeira daí a poucos dias, a 3 de Março, dia em que os missionários lhe ofereceram a bíblia⁽²⁴⁾.

A primeira disputa versou sobre os Evangelhos e o Alcorão. Os *ulemas* defendiam que os Evangelhos estavam viciados, apoiando-se, para tal, no Alcorão. Os jesuítas defenderam a tese cristã, afirmando que o Novo Testamento se demonstrava pelo

«He el rei homem de boa statura, refeito de corpo, braços e pernas, espadudo; a constituição de seu rosto he popular, e não responde à grandeza e dignidade de sua pessoa, porque, allem de ser achinado, como são commumente todos os mogores, he sumido, pouco povoado de barba, engelhado, e pouco alvo, os olhos pequenos, mas em extremo vivos e com huma certa maneira de olhar que parece com sua claridade vos fore, (*sic*) e assi não escapa nada, de que não dee fee, ainda que seja pessoa ou cousa de mui pouca importancia, e mostram grandeza de engenho, e viveza de entendimento, e assi he elle mui esperto prudente, e discreto, a testa tem larga e aberta, e he mui affabil e summamente grave, he mui temido dos seus, mostra se ao povo com uma certa alegria no rosto, que não deroga a majestade de rei e de seu imperio, trata se chãmente no vestir...» (págs. 661-662).

(24)SILVA REGO, — *Documentação*, XII, 680. Segundo o *Oriente Conquistado a Jesus Christo*, II, 101, foi logo na noite do dia em que chegaram, isto é, no dia 27 de Fevereiro.

Antigo, ao passo que o Alcorão não se podia apoiar em nada ⁽²⁵⁾. Parece que os padres discutiram com bastante calor, pois, chamando-os à parte, Aquebar aconselhou-lhes calma e prudência, pois os adversários eram maus. Responderam os jesuítas que, para o futuro, seguiriam à risca as suas instruções, não por medo ou receio dos *molás* ou ulemas, mas simplesmente por lhe fazerem a vontade.

No dia 6, houve nova discussão. Desta vez, foi arguente o próprio imperador. Escolheu para ponto de partida o paraíso. Descreveu, em primeiro lugar, o de Maomet, todo sensual. Retorquiram-lhe os padres e, ao cabo de algum tempo, observaram que Aquebar se não cingia já ao que o Alcorão ensinava a tal respeito, pois tinham consigo uma tradução do livro sagrado islamita. Sorriu o imperador da observação, aceitando-a de bom humor.

Pouco depois, a uma quinta-feira à noite, nova disputa com os ulemas, tratando-se da personalidade do próprio Mafoma. O raciocínio, seguido pelos padres, foi mais ou menos este: havia nítida contradição nos ensinamentos do Profeta, pois, por um lado, afirmava que Jesus Cristo, nascido da Virgem Maria, era isento de pecado; por outro lado, afirmara que ele (Maomet) era superior a Cristo, apesar de admitir ter sido pecador. Como conciliar esta contradição? Insistiam os jesuítas em que ninguém pode dar testemunho de si mesmo. De Jesus davam testemunho os profetas e os seus próprios milagres; quanto a Maomet, era ele apenas e mais ninguém.

Após outras discussões ainda, os mulemas, desenganados e atrevidos, propuseram então aos padres uma prova de milagre: eles e os padres entrariam numa fogueira, levando cada um os seus livros sagrados, Evangelho e Alcorão... O fogo decidiria o pleito. A proposta parece ter sido aceita, com certo prazer, por Aquebar, talvez com o intuito de se libertar de certo incómodo ulema. Os padres, todavia, declinaram o convite, afirmando que não eram necessários milagres onde bastava a razão humana. Por fim, o imperador pôs termo à acalorada disputa, observando que já lhe bastava e não desejava ouvir mais razões ⁽²⁶⁾.

(25) O *Oriente Conquistado a Jesus Christo*, II, 101-102, dá um bom resumo da prática dos padres sobre esta matéria.

(26) Diz a este propósito Maclagan na sua *ob. cit.* p. 39:

«Em referência a estas disputas sabemos, pelo P.^o Rodolfo, de uma história, re-

Esta abrupta conclusão deixou os padres algo suspensos e duvidosos a respeito do futuro da missão. E durante bastante tempo não foram mais chamados à presença do imperador.

Os assuntos mais debatidos eram: o Alcorão; a personalidade de Maomet; o juízo final; a ressurreição dos corpos; por que motivo não impedia Deus o pecado, visto ser ofensa contra Ele mesmo? Os *mulás* eram facilmente derrotados e confusos, pois principiavam por não oferecer aos padres uma frente única, dando cada um a sua interpretação. E assim, *aos três lanços* da Escolástica, eram inevitavelmente levados à contradição, ao dilema final. Segundo uma carta de 29 de Abril de 1580: «...sabendo fallar bem a sua lingua, poucas letras bastarão para os convencer (27)».

petida em fase mais adiantada da missão: a proposta da Prova pelo Fogo, em que um muçulmano e um cristão deviam entrar no fogo, levando cada um o seu livro sagrado. Como ela é mencionada pelos cronistas indianos e europeus, deve ter, incontestavelmente, base real, mas os pormenores diferem nos diferentes relatos. Segundo Badaoni, a prova foi proposta por um faquir chamado Quth-ud-din e recusada pelos padres por cobardia. Abul-fazl diz que foram os *Padri* quem propôs a prova e que os muçulmanos, perversos e sem coragem, a recusaram. Segundo Peruschi, Acbar propôs esta prova por duas ou três vezes, mas Rodolfo recusou-se a tentar Deus verdadeiro. O próprio Monserrate declara que prova análoga foi sugerida pelo P.^o Pereira antes de os Jesuítas chegarem e a propuseram muitas vezes perante estes. Diz ele que os Muçulmanos a propuseram ao P.^o Rodolfo e ele a recusou, embora o rei aprovasse. Receando ser acusado de cobardia, o P.^o Rodolfo explicou depois ao rei que ele não podia esperar um milagre a seu favor, que tais provas se demonstravam pela história serem improficuas e contrárias à Lei de Cristo. A isto o rei respondeu que o seu intuito ao propor a prova era livrar-se de certo *mulá* obnoxio persuadindo-o a entrar no fogo, e que se os padres o quisessem ajudar no seu plano veriam que lhes não aconteceria mal. Mas o P.^o Rodolfo recusou-se absolutamente a tomar parte na conspiração e nunca mais se ouviu falar nisso».

(27) Maclagan aduz interessantes testemunhos a propósito destes debates:

«Badaoni, no ponto de vista muçulmano, fala desalentado a respeito destes debates. «As controvérsias — escreve ele a queixar-se — costumavam ir além das diferenças de *Sunni* e *Shiah*, de *Hanifi* e *Shafi*, do leigo e do sacerdote, e atacavam até as próprias bases da crença». Os próprios *mulás* se dividiram em dois partidos, que «se tornaram como Judeus e Egípcios por ódio mútuo». À parte isso, «pessoas de opiniões romanescas e fantasistas, de acordo com as suas ideias perniciosas e dúvidas vãs, vindo de emboscada misturavam a falsidade com a verdade». Conta ele como Acbar «escolhia todos menos muçulmanos». O Bramanismo era em especial favorecido e «não passava um dia sem que um novo fruto desta árvore abominável amadurecesse». *Sufis* e *shíás* andavam também na contenda e o rajá Birbal, o «maldito», advogava a causa dos padres. «Monges eruditos vindos da Europa — acrescenta ele — que se chamavam *Padres* e têm um chefe infalível (*Mujtahid-kamil*) chamado *Papa*, que pode alterar as determinações religiosas conforme a oportunidade, e a cuja autoridade os reis devem submeter-se, trouxeram o Evangelho, deram provas da Trindade, demonstraram os títulos do Cristianismo e divulgaram a religião de Jesus. Os atributos do maldito Anti-Cristo e as suas qualidades foram atribuídos por estes homens amaldiçoados, ao Senhor o Melhor dos Profetas (Deus o abençoe e à família e o livre de todos os Impostores». Badaoni ficou tão mal disposto que se ausentou da Corte, e sofreu «dores imensas pela morta religião do Islão». (*Op. cit.* 36-37).

Talvez *vencer* fosse melhor expressão, pois os ulemas obstinavam-se nas suas opiniões. Aquebar ouvia, acenava e parecia escandalizar-se da fragilidade dialéctica dos mentores do Islamismo.

Em Agosto de 1580, houve nova série de discussões, com a presença também do P.^o Monserrate. Tinha-se ele retirado a Agra, a fim de se tratar da doença que o afligia. Restabelecido, partiu para Fatepur a 4 de Agosto, pela manhã, cobrindo as seis léguas de distância em poucas horas, pois chegou antes do meio-dia. Logo após foram os padres ao pátio, onde costumavam ser recebidos, a fazer cortezia ou *theselim* a el-rei. Responde ele afavelmente à saudação, mas, ocupado como estava, não os pôde receber então.

No sábado seguinte, 6 de Agosto, dia destinado à instrução religiosa, foram os dois padres, Rodolfo e Monserrate. Apresentou o primeiro ao imperador um papel, escrito em persa, no qual se narrava o nascimento de Cristo, segundo os Evangelhos. Encarregou-se da sua leitura o mulá principal, chamado Abdulfacil ou Abul-fazl. Após a mesma, os outros ulemas atacaram o seu conteúdo, baseando-se no Alcorão, afirmando sempre que os Evangelhos haviam sido falsificados. Abdulfacil tomou ostensivamente o partido dos padres, defendendo o seu ponto de vista, não só com argumentos que deles tinha ouvido, mas ainda com outros que a discussão lhe sugeriu. Por seu lado, o físico-mor Aequim, grande amigo do P.^o Monserrate, embora não participasse na disputa, deu indícios claros de simpatizar com a doutrina exposta pelos jesuítas.

Quanto a Aquebar, portou-se indiferentemente. Às vezes parecia dormir. Outras, ao ouvir ataques à pessoa de Maomet, com mais calor, dava sinais manifestos de desgosto, talvez para contemporizar com os ulemas. E contudo, sabia-se positivamente que o imperador não acreditava no profeta.

Foi esta a discussão não só mais renhida, como também a mais prolongada. No dia seguinte, foi Abdulfacil falar com os padres, por ordem de Aquebar, a fim de lhes recomendar, mais uma vez, calma e tento, evitando referirem-se à pessoa de Mafo-ma, como até então. Ripostaram os padres convenientemente, afirmando que, assim como os ulemas protestavam ruidosamente

quando os ouviam falar com desprezo de Maomet, exclamando *stafarlá* ou *Istaghfaru'llah* — i. e. Deus não o quer — assim também eles estavam no seu direito de se sentirem ofendidos, quando ouviam negar as Sagradas Escrituras.

Abdulfacil, como bom cortezão, seguia, mais ou menos, a mesma política de seu mestre e senhor. Dotado de inteligência invulgar, sabendo que Aquebar não acreditava no Islamismo e se inclinava, intelectualmente, para o Cristianismo, deixou-se deslizar no mesmo pendor. Conversava, a princípio, amiudadas vezes com os padres, a quem se deixou ligar por amizade. Alvorçaram-se até os zelosos missionários com esperançosos prenúncios da sua conversão. Mas enganavam-se. Abdulfacil não se queria comprometer. E quando observou que Aquebar, levado talvez pelas revoltas do império, evitava longas entrevistas com os padres, fez o mesmo. Era este ulema vulgarmente conhecido na corte por *Caïor*, ou *homem sem lei*. Pela correspondência dos padres, parece poder concluir-se que ele, desiludido do Islamismo, admirava o Cristianismo. Mas, daqui à conversão distava ainda um grande passo. Dá-lo-ia, certamente, se Aquebar fizesse o mesmo ⁽²⁸⁾.

Da correspondência dos padres não se depreende o número exacto das disputas públicas entre jesuítas e ulemas, na presença de Aquebar. Segundo *o Oriente Conquistado a Jesus Christo*, houve cinco ao todo ⁽²⁹⁾.

(28) Eis como Maclagan, baseando-se nos escritos de Badaoni, se refere a Abdulfacil:

«Por outro lado, Abul-fazl, que, segundo Badaoni, queria «andar durante alguns dias pelo vale da infidelidade por desporto», ficou favoravelmente impressionado com a atitude dos padres. «Uma noite — diz ele — a assembleia do Ibadat-khana avançava na luz da verdade. Padri Radif, um dos sábios nazarenos, que era singular pelos seus conhecimentos e pela sua habilidade, marcava naquela festa da inteligência. Alguns dos beatos mentirosos adiantaram-se de modo dispartado para responder. Devido à calma da augusta assembleia e à progressiva luz de justiça, tornou-se evidente que cada um deles estava a tecer um círculo de velhos conhecimentos, e não seguia a estrada real da prova, e que a explicação do enigma da verdade não se lhe encontrava presente no espírito. O véu estava quase a ser afastado para sempre pelo seu procedimento. Ficaram envergonhados e abandonaram tais discussões, applicando-se a perverter as palavras dos Evangelhos. Mas não puderam fazer calar os seus antagonistas com tais argumentos». A cena chegou até nós através de uma gravura coeva feita para o *Akbarnama* a fim de ilustrar este passo: é um desenho em que os padres estão sentados em atitude de profunda seriedade, enquanto os outros disputantes se adiantam gesticulando, na ânsia de argumentação». (*Ob. cit.* 37)

(29) II vol. 103.

8. Esforços dos jesuítas para converter Aquebar

Os jesuítas partiram de Goa, segundo parece, com legítimas esperanças a respeito da conversão do imperador. A evangelização, no Oriente, dependia em primeiro lugar do beneplácito dos governantes. Obtido este, o resto era fácil e o Cristianismo ganhava facilmente adeptos, apesar-da sua opposição a costumes e preconceitos. Por esta altura, estavam os jesuítas a colher copiosos frutos nas missões do Japão, e preparavam-se activamente para forçar a entrada da China. O império do Grão-Mogol era sobejamente conhecido em Goa, como o mais poderoso de toda a Índia. Era natural que a imaginação dos missionários se deixasse inflamar perante a perspectiva da conversão do distante potentado. O seu exemplo seria seguido, sem dúvida, por milhares e milhares de cortezãos. Senhor de hindus e muçulmanos, arrastaria atrás de si grande parte dos seus súbditos. E, quem sabe?, se a Índia toda não abraçaria o Cristianismo, por seu intermédio?

As primeiras disputas, em que os jesuítas tomaram parte, mais aumentaram as esperanças trazidas de Goa. Aquebar mostrava-se-lhes francamente simpático, apoiava-os às vezes durante as discussões, enfadava-se com os débeis argumentos dos mulás, abria-se em confidências, etc. etc. Tudo parecia indicar que, mais tarde ou mais cedo, ele se resolveria a pedir o sacramento do Baptismo.

Entretanto, foram-se escoando os meses, e nada prenunciava o grande passo, o triunfo do Evangelho sobre aquela alma. Aquebar pertencia ao Islamismo, mas não era maometano sincero. Mal podia esconder a sua antipatia por tudo quanto se relacionava com o Islamismo, favorecendo, pelo contrário não só o Cristianismo, como até o Hinduísmo. A sua attitude perante as imagens de Nossa Senhora, em exposição na capela dos padres, não deixava dúvidas a tal respeito. Quando os padres lhe ofereceram uma delas, vinda de Roma, levou-a para o palácio com toda a reverência e, mostrando-a aos seus familiares, afirmou-lhes que aquela era a imagem de *Nossa Senhora*, e ordenou que a reverenciassem ⁽³⁰⁾.

(30) SILVA REGO, *Ob. cit.* 685.

Apesar-de tudo isto, passou-se o tempo, sem ele evidenciar quaisquer sinais de se querer deixar catequizar a sério. Ostáculos havia que o impediam de dar esse passo, mesmo que intelectualmente estivesse disposto a tal. Pouco antes da chegada dos jesuítas, havia rebentado em Bengala uma revolta. E o motivo aparente deste levantamento militar era a apostasia de Aquebar, infiel ao Islamismo... Se antes da chegada dos padres, já ele se comportava tão indiferentemente para com o Islão, era natural que ele os desejasse ouvir, mas sem se comprometer politicamente.

O P.^o Rodolfo Aquaviva, escrevendo para Goa em 20 de Julho de 1580, cinco meses após a sua chegada a Fatepur Sikri, passa em revista a situação pessoal de Aquebar, em relação ao Cristianismo. Tinha inegáveis qualidades, tais como, bom temperamento, prudência, inteligência, devoção a Cristo e à Virgem. Por outro lado, havia grandes dificuldades a vencer. Em primeiro lugar, não se prestava a ser devidamente catequizado; depois, duvidava da veracidade das Escrituras, desejando atingir tudo por meio da sua razão. E aqui, esbarrava, naturalmente, com os principais mistérios da Fé, como a Santíssima Trindade, a Encarnação, a Paixão e Morte de Cristo, etc. A discussão destes assuntos, realizada em sua presença, não o convencera suficientemente. Não estava, pois, disposto a aceitar o testemunho das Escrituras, ponto base de partida para a admissão dos principais mistérios. Em terceiro lugar, mostrava-se sempre muito ocupado com distrações várias e curiosidades que continuamente lhe traziam, como veados, pombas, elefantes, camelos, etc. Ao mesmo tempo, o seu harem mantinha-o também em contínua dissipação de espírito. Em quarto lugar, sempre segundo o P.^o Rodolfo, gozava de toda a espécie de passatempos. Em quinto lugar, a corte opunha-se, mais ou menos abertamente, à sua simpatia pelo Cristianismo. Não eram só os nobres, mas a própria mãe e outras mulheres. Em último lugar, inclinava-se o imperador bastante à curiosidade, à inconstância e à vaidade. E parece que também se dava imoderadamente à bebida ⁽³¹⁾.

Vê-se, pois, que nem intelectualmente, nem moralmente, nem até emocionalmente, estava Aquebar preparado para re-

(31) SILVA REGO, *Ob. cit.*, 691-692.

ceber o Cristianismo. Os padres sabiam, com certeza, que a graça da conversão vem sempre de Deus, mas esperavam que aquela alma, ajudada pela sua dialéctica, caminhasse resolutamente ao encontro do impulso divino. Houve uma ocasião em que ele afirmou que, caso pudesse acreditar nos dogmas da Encarnação e da Santíssima Trindade, abandonaria o reino e, aproveitando-se duma peregrinação a Meca, converter-se-ia em Goa ⁽³²⁾.

Todas estas circunstâncias criaram uma certa impaciência nos padres. Depreende-se da sua correspondência que tinham pressa em ver coroada a sua obra. Na carta de 13 de Julho, conta-se como tentaram enfrentar a dificuldade, combinando os três apresentar ao imperador três pontos, colocando-o quase perante o dilema: ou se convertia, ou então era inútil continuarem na sua corte.

Começaram pelo terceiro ponto, lembrando-lhe que os havia mandado vir de Goa, a fim de ouvir declarada a lei de Deus. Tinham acorrido pressurosos, e haviam-se esforçado por o instruir o melhor que tinham podido. Era necessário, porém, que, de sua parte, ele os ajudasse também, dispondo-se para aceitar a mesma lei, já que lhes havia afirmado por várias vezes que ela era a melhor das que tinha conhecimento. Convinha, portanto, que ele se fosse afastando de alguns costumes, não permitidos pelo Cristianismo. Sendo assim, poderiam vir mais padres de Goa. Caso contrário, seria inútil o aumento da missão, como parecia ser seu desejo.

(32) Diz o P.^o Francisco de Sousa a este propósito no *Oriente Conquistado a Jesus Christo*, II, 103:

«Ainda houve mais duas disputas com igual successo às precedentes e o melhor effeito, que dellas resultou foi o maior desprezo, que el-Rei começou a mostrar da lei dos Mouros. Nas sentenças, que dava, não julgava conforme os textos do Muçafó, mas a juizo de varão prudente. Permitia tavernas e sustentava jogo em Palacio contra os preceitos do Alcorão. Inclinava aos gentios e mostrava agradar-se de suas ceremonias: tinha uma pedra, diante da qual se baqueava ao rito gentílico: adorava o Sol e o fogo, como antigamente faziam os Mogoles: mudou a ordem dos tempos e introduziu algumas festas gentílicas com grande solenidade e tratava de inventar uma nova língua. Entregou o filho segundo ao Padre Monserrate, para que o instruisse na política Portugueza, e na Lei de Christo. Diseram-lhe uma vez a murmuração que corria entre os Mouros acerca de se querer fazer Christão, e respondeu que quando no seu Reino o não pudesse ser a seu salvo, fingiria uma peregrinação ao Ganges, e daria comsigo em Goa para nella se baptizar; mas tudo parava em palavras».

Segundo a correspondência dos padres, a referência é à peregrinação a Meca e não ao Ganges. (*Documentação*, XII, 684.) Maclagan menciona também esta viagem ou peregrinação a Meca. (*Ob. cit.* 42)

Não se agastou Aquebar com a coragem dos padres e respondeu-lhes, evasivamente, que tudo estava nas mãos de Deus, e que não havia obstáculos para ele, nem mulheres, nem filhos, nem o próprio reino. Nada o assustava.

Deu-se isto poucos meses depois da chegada dos padres. Tudo parecia pois indicar a boa disposição do monarca, mas cedo caíu ele na primitiva indiferença, passando-se até vários dias, sem serem chamados à sua presença. Resolveram, pois, não o instruir ostensivamente, quando fossem convidados a visitá-lo. Deu resultado esta atitude, porque desejou Aquebar saber o motivo da mudança operada nos padres. Aproveitaram-se os jesuítas da ocasião para lhe expor os outros dois pontos, que antes haviam preparado, e que consistiam em fazer-lhe ver que não desejavam continuar a instruí-lo, porque não o viam disposto para isso, pois não desejava afastar de si as várias mulheres que mantinha, com excepção da primeira. Se para aprender qualquer ciência, se desocupava normalmente qualquer homem, justo era que ele, apesar de ser imperador, se libertasse de tudo quanto não fosse necessário, a fim de aprender as cousas de Deus. Concluíram os padres, pedindo sincera desculpa desta observação, mas sentiam que tal franqueza era sua obrigação.

Foi inesperada a reacção de Aquebar, pois aceitou-a com humildade, afirmando que procederia como eles sugeriam.

As novas de Bengala, porém, pioravam cada vez mais. As murmurações contra ele aumentavam, e ele sabia-o. Custava-lhe, naturalmente, ter conhecimento de tudo isto. Os padres, vendo-se novamente abandonados, chamaram-lhe corajosamente a atenção para o contraditório da situação em que todos, ele e eles, se encontravam. Por um lado, com efeito, dizia-se que ele tinha abandonado mais ou menos o Islamismo e desejava abraçar o Cristianismo. Por outro, ele portava-se indecisamente, pois não desejava ser instruído e mostrava, com isto, que não queria os padres na corte.

Mais uma vez os enleou Aquebar com palavras mansas, esquivando-se a respostas concretas. Por fim, marcou-lhes certo dia para ser instruído no Cristianismo. Prepararam-se os jesuítas cuidadosamente para esse início de catequese, mas foram mais uma

vez logrados. Havia ele tomado *posto*, droga ou beberagem, que o manteve sempre em sonolência ⁽³³⁾.

Apesar de todos os desaires sofridos, o P.^o Rodolfo Aquaviva mostrava-os esperançado em conseguir resultados duradouros. Estavam dispostos, ele e o P.^o Monserrate, a não abandonar o campo, até serem definitivamente desenganados, quer de palavra, quer doutra qualquer forma. Entretanto iriam eles dando o melhor exemplo que pudessem. Pensava até em pedir ao imperador umas casas, onde instalariam um hospital, em que eles serviriam os doentes. Ao tomar conhecimento deste projecto, ficou Aquebar visivelmente bem impressionado e cedeu-lhes imediatamente local conveniente. O P.^o Rodolfo esperava ter pronta a instalação hospitalar dentro dum mês. Pouco depois, todavia, mudou o imperador de opinião, ficando os padres bastante desapontados ⁽³⁴⁾.

O comportamento de Aquebar intrigava verdadeiramente os padres. Mostrava-se interessado ao máximo em ter os Evangelhos traduzidos para persa; agradava-se de ver o seu mulá principal discorrer sobre a Encarnação; concordou com a opinião do P.^o Rodolfo, quando este lhe condenou a cremação das viúvas hindus; dizia claramente que, à semelhança do Grão-Turco, desejava no seu império igrejas e cristãos, e ninguém teria de estranhar tal facto, pois havia já pagodes, em que as cerimónias hindus se desenrolavam normalmente... Mas... não se convertia ⁽³⁵⁾.

9. Abandono da missão do Mogor

Aquebar esteve ausente de Fatepur Sikri durante praticamente todo o ano de 1581, pois, tendo partido para a campanha de Kabul em 8 de Fevereiro, só em 1 de Dezembro regressou à sua capital. Levou consigo o P.^o Monserrate e com ele se entreteve várias vezes, em amenas e amigáveis entrevistas que versavam invariavelmente sobre o mesmo assunto: o Cristianismo.

Entretanto, as notícias que os padres enviaram para Goa eram devidamente ponderadas e no ânimo do provincial P.^o Rui Vicente começou a bailar a dúvida: valeria a pena manter na cor-

(33) *Documentação*, XII, Carta de 13-7-1580, págs. 679-690, 691-692.

(34) *Id. ibid.* 703. Carta do P.^o Monserrate de 9-9-1580.

(35) *Id. ibid.* 691-696.

te do Mogor os três padres que poderiam ser melhor empregados noutra missão? Em primeiro lugar, antes de tomar uma decisão, desejou ouvir um deles e, por isso, mandou chamar o P.^o Henriques. Este, segundo parece, favorecia o abandono da missão, pois não havia esperança alguma de converter o potentado mogor.

O P.^o Rui Vicente, por fim, acabou por tomar a mais sábia das decisões, deixando ao arbítrio dos padres a continuação ou a cessação dos seus esforços missionários. Os jesuítas, sabendo que o imperador desejava enviar uma embaixada a Filipe II, ofereceram-se para fazer parte da mesma. Abandonariam assim a corte, sem melindrar o ânimo imperial. Aquebar, muito embora concordando com a ideia, determinou que fosse apenas o P.^o Monserrate, mas que ficasse o P.^o Aquaviva. Os embaixadores escolhidos foram Syad Muzzafar e Abdul Khan. Partiram em Abril de 1582, chegando a Surrate a 5 de Agosto. O primeiro embaixador, porém, desapareceu e refugiou-se no Concão, abandonando assim o seu posto. O outro embaixador, na companhia do P.^o Monserrate, ainda chegou a Goa, mas pouco depois regressou a Fatepur Sikri, malogrando-se assim o plano da embaixada.

E assim permaneceu apenas o P.^o Aquaviva em Fatepur Sikri. Perante as várias perspectivas que se lhe ofereciam, parecia inclinar-se à continuação da missão. A corte do Mogor seria, pelo menos, uma boa base de operações. A campanha, em que o P.^o Monserrate tinha participado, dera-lhe oportunidade de conhecer alguma coisa a respeito dos *Tibetanos* ou *Bothant*, gente estranha, isenta de Islamismo e inclinada ao misticismo⁽³⁶⁾. Era pos-

(36) *Documentação*, XII, 677-678:

«Porque arriba falei no monte Cumaú, darei brevemente, antes de por fim a esta informação, conta de certa nação de gentios que nelle habita, por ser cousa nova e curiosa. No interior destas serras morão huns gentios, que se chamão Bothant, os quais vestem feltro cortado ao geito do corpo, e cozido mui justo, o qual não despem atée que apodrese nelles, e cae em pedaços; na cabeça trazem huns carapuções agudos do mesmo, nunca lavão as mãos, e dão por razão que não he bem çujar huma cousa tão clara e fermosa, como he a agoa, não casão mais que uma vez com huma sóo molher, e como tem dous ou tres filhos, vivem como irmãos; morrendo hum delles, o que fica não toma a casar; não tem idolos, vivem em cabildas como os Brasis, são governados por feiceiros. Quando algum morre, olhão seus livros, e consultão seus feiteiros, e se lhe dizem que comão o defunto comem no, se dizem que o queimem, queimam no, e doutra maneira não comem gente. São homens brancos, refeitos, não mui altos de corpo, pelejão a pée não tem rey entre sy, os mais delles são vermelhos do rosto, e cabellos louros, suas armas são arcos, frechas, e espadas, seus bacios, e escudelas em que comem, são pedaços de cascos de caveiras de mortos, são dados a fazer esmola, vivem de fazer feltro que vem a vender a huma

sível que uma missão, bem organizada, em tal meio, produzisse evidentes frutos. Por outro lado, a missão jesuíta na corte do Grão Mogol permitiria aos missionários o contacto com o interior do subcontinente indiano, pois, até então, pouco se haviam eles afastado do litoral.

A chegada do P.^o Monserrate a Goa, todavia, produziu efeitos decisivos. O Provincial mandou chamar o P.^o Rodolfo que se preparou para a viagem, logo que o imperador concedesse licença. A despedida, em Fevereiro de 1583, foi verdadeiramente comovedora. O P.^o Aquaviva, descrevendo-a ao P.^o Rui Vicente, deixa transparecer, a pena que então sentiu. Ao partir para Goa a caminho do martírio que em breve conquistaria⁽³⁷⁾, o P.^o Rodolfo foi portador dum amabilíssimo *formão* de Aquebar, dirigido ao Provincial dos Jesuítas, e no qual ainda apela para a continuação daquele intercâmbio de missionários.

E assim terminou a primeira missão religiosa na corte do Grão-Mogor.

10. Juízo crítico

Esta breve resenha da primeira missão jesuíta na Corte do Grão-Mogol deixa-nos bastante matéria de reflexão. As condições, em que tal missão se realizou, foram das mais propícias. Aquebar recebeu os missionários de braços abertos, dedicou-lhes sincera amizade e procurou retê-los até ao instante supremo, em que se viu forçado a conceder licença ao seu grande mestre, P.^o Rodolfo Aquaviva, de se retirar definitivamente.

Era amigo de Portugal, de tal modo «...que so a elle (*rei de Portugal*) de quantos reys ha na India, chama rey, e do caso del rey dom Sebastião tem muyto sentimento⁽³⁸⁾». É verdade que os seus capitães, de Surrate e Baroche, cercaram Damão em 1581, mas parece que sem seu beneplácito. Os Portugueses dominavam então o Indico e exigiam que a navegação se fizesse com cartazes lusitanos. Os ditos capitães desejavam eximir-se a tal

cidade desta banda que chamão Negacot, e vem abaixo em Junho, Julho, Agosto, Setembro; fora destes mezes não podem vir por cauza das neves».

(37) O P.^o Rodolfo Aquaviva foi martirizado em Cuncolim, Goa, nesse mesmo ano de 1583.

(38) *Documentação*, XII, 663. Carta de 29 de Abril de 1580.

obrigação e tentaram o impossível por malquistar seu poderoso senhor com o vice-rei de Goa. Sem efeito, todavia. Durante o cerco de Damão, tentaram igualmente os capitães mogores introduzir gente sua em Dio, a fim de tomar a praça de surpresa. A traição foi, contudo, descoberta a tempo⁽³⁹⁾.

No meio dos seus desvarios, desejava Aquebar que no seu império houvesse ampla liberdade religiosa. Queria mais missionários. Concedeu autorização para os seus súbditos se convertessem ao Cristianismo. Muito embora se inclinasse para a formação duma nova religião, mixto de Hinduísmo, Islamismo e Zoroastrianismo, não escondia a sua simpatia pelo Cristianismo, declarando que era a melhor de todas quantas conhecia. Bailava-lhe no espírito a ideia da unidade, tão desunido lhe parecia o império que governava. Se ele conseguisse formar uma única língua e uma única religião para todos!... Não seria isto o ideal?

Perante os repetidos esforços dos jesuítas para se deixar catequizar e converter, não sabia como acertar no caminho a seguir. Diziam os missionários, com pungente realismo: «Elle está em tal estado que parece entalado, porque se se inclina a nos, amotina-se os mouros, e não se ter mais declarado faz nos cuidar que tudo pode ser fingido⁽⁴⁰⁾».

Podemos resumir nos seguintes os principais obstáculos à sua conversão:

- a) Receio de se alienar a simpatia dos seus súbditos;
- b) seus costumes pessoais, principalmente a poligamia em que vivia⁽⁴¹⁾;
- c) demasiado apego à razão humana, desejando com ela atingir os mistérios do Cristianismo⁽⁴²⁾.

(39) *Documentação*, XII, 780-782. Carta de 1582.

(40) *Documentação*, XII, 677. Informação, sem data.

(41) Segundo Du Jarric, o harem de Aquebar teria umas 100 mulheres. (*The-saurus Rerum Indicarum*, Colônia, 1615), II, 513-514.

(42) O P.^o Monserrate, escrevendo em 9 de Setembro de 1580, narra ao Provincial as suas impressões a respeito das disputas a que assistira. Ficara satisfeito com Abdulfacil, com o médico Aequim. Não gostara dos intérpretes, pois não estavam suficientemente ao par dos assuntos debatidos. E acrescenta:

«...O que mais fallou foy o Padre Rodolpho, ainda que concisamente, como quem não tem copia de palavras. Em comum fiquei descontente de empeçarem na verdade das Escrituras, que he no limiar da porta nesta materia, porque como os dogmas da nossa fé se fundão no que Deus tem revelado nas Sagradas Escrituras, a

Estes três motivos, políticos, moral e racionalista, agiram nele de modo diferente. As outras duas missões não bastaram para o decidir a dar o passo decisivo.

O que mais é de estranhar, nesta primeira missão, é a decisão tomada pelos padres: ou a conversão de Aquebar, ou o abandono da missão. Como se viu, o P.^o Aquaviva inclinava-se para a permanência dos religiosos, pois a corte do Mogor constituia, de per si, um óptimo posto de observação e penetração. Escrevendo para o P.^o Rui Vicente, provincial, em 27 de Setembro de 1582, poucos meses antes da sua partida, o P.^o Aquaviva expõe as suas dúvidas:

- a) Que fazer, visto o imperador não o deixar partir?
- b) Aquebar dera licença para se construir uma igreja. Deveria aproveitar-se dela?
- c) Caso a missão continuasse, seria bom que ele pudesse ir de vez em quando a Damão encontrar-se com o Provincial, a fim de lhe expor pessoalmente o condicionalismo vigente.
- d) Propunha finalmente que em Goa se criasse um seminário, em que se ensinassen as línguas persa e indus-tânica, onde pudessem estudar meninos filhos de gentios e de mouros «...que la acharão e que daqui se lhe podem mandar, o qual meio me parece unico, já que el rei publicamente diz que quer que em suas terras cada hum siga a lei que quizer» (43).

Em vista disto, o abandono desta primeira missão não se pode, de modo algum, atribuir ao P.^o Rodolfo Aquaviva. O provincial, P.^o Rodolfo Vicente, perante os informes colhidos, quer por meio de cartas, quer por intermédio do P.^o Henriques, chamado de propósito a Goa, permaneceu na dúvida. A chegada do P.^o Monserrate, na falhada missão diplomática de Aquebar a Filipe II, não influenciaria o provincial a tomar a decisão final de se abandonar a corte do Grão-Mogol?

Mas, repete-se, o que mais impressiona nesta missão é a exclusiva conversão de Aquebar, como seu fim principal. Desde

razão humana os não alcança, se a esta se não dá inteiro credito; por demais he perfiar (como dizem), se os Deos por outra via não alumiar». *Documentação*, XII, 700.
 (43) *Documentação*, XII, 760-761.

que ela se não verificou, não havia motivo para a permanência dos missionários. E porquê? Não havia a liberdade de pregar, construir igrejas, fundar novas missões, realizar outras conversões? Havia, e concedida nos termos mais claros. Apesar-disso, o P.^o Rui Vicente enviou ao P.^o Rodolfo ordem terminante de regressar a Goa, logo que o pudesse fazer, com a devida permissão do imperador.

Esta missão fica, pois, sendo protótipo das que visaram apenas as *élites*. O meio era bastante difícil. O Islamismo campeava por toda a parte e os missionários adivinhavam que, sem o apoio decidido e firme do imperador, pouco fruto produziriam. Por isso, puseram o dilema: ou tudo, ou nada. Apesar-disso, os agostinhos portugueses estavam a dedicar-se, em Ormuz e regiões vizinhas, ao apostolado entre os muçulmanos, se bem que lenta e com pouco fruto.

A recusa dos jesuítas produziu o desejado efeito psicológico: Aquebar, desejoso de reatar o seu diálogo com o Cristianismo e o Ocidente, em breve os chamaria novamente. E seria esta a origem da segunda missão ao Grão-Mogol.

Mas o racionalismo de Aquebar não deixaria de impressionar profundamente os padres. Na argumentação, a manter com ele e outros da mesma educação, dever-se-ia prestar mais atenção aos argumentos baseados na sã filosofia. Não bastava alicerçar tudo nas Sagradas Escrituras, quer do Antigo quer do Velho Testamento. Tanto um como outro não apelavam para a inteligência tanto de muçulmanos como de hindus. Era necessário procurar nova brecha na muralha que o Oriente oferecia aos assaltos do Cristianismo.

A. DA SILVA REGO